CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº : 2499/84; 2501/84; 2502/84; 2503/84; 2616/84 e 2617/84
INTERESSADOS : PREFEITURA MUNICIPAL DE GASTÃO VIDIGAL E OUTRAS
ASSUNTO : APLICAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - QUOTA FEDERAL
RELATORES : CONSA. CECÍLIA VASCONCELLOS L. GUARANÁ
CONSº SÓLON BORGES DOS REIS
PARECERES-CEE : 1831 / 84 - C.P.G. E C. PL. - APROVADO EM:
14 / 11 / 84.

1. HISTÓRICO:

Através da Secretaria de Estado da Educação, vêm a exame deste Colegiado os Processos referentes a projetos de aplicação direta de recursos da Quota federal do Salário-Educação, exercício de 1985, apresentados por 06 (seis) Prefeituras Municipais, conforme relação a seguir discriminada:

Nº PROCESSO	MUNICÍPIO	PROJETO	AÇÕES	ALUNOS ATENDIDOS			VALOR EM R\$	JUST. H. Frec
				ZU	ZR	PV		
2499/84 17001/84-4	Gastão Vidigal	Aquisição de veículos para transporte de alunos da zona rural	Aquisição de 2 pe - ruas Kombi	-	130	-	40.000.00	07 05
2501/84 17003/84-7	Ceroados	Acesso às escolas de 1º grau	Aquisição de ônibus escolar	-	521	-	45.000.00	10 08
2502/84 17002/84-0	Cachoeira Paulista	Acesso às escolas de 1º grau	Aquisição de 1 micro-ônibus para transporte de alunos	-	614	310	50.000.00	07 05
2503/84 17005/84-0	Américo Brasiliense	Acesso às escolas de 1º grau	Aquisição de 2 ônibus escolares	-	400	-	92.443.424	09 07
2616/84 18297/84-4	Pontes Gestal	Transporte de alunos da zona rural Reforma, adaptação e ampliação de escolas de 1º grau.	Aquisição de combustíveis e peças de reparação para veículos do Município. Aquisição de 2 micro-ônibus usados Reforma, adaptação e ampliação em 1 Escola Insulada e instalação de energia elétrica em 1 EEPC.	-	115	-	25.000.000 60.000.000 35.000.000 <u>120.000.000</u>	08 06 09 07 10 08
2617/84 15277/84-2	Palmeira D'Oeste	Reforma de escolas rurais.	Reforma de 16 escolas rurais.	-	960	-	80.000.000	10 08

2 - APRECIÇÃO:

Os projetos foram apresentados pelas Prefeituras Municipais com apoio no disposto no art. 7º, § 3º, do Decreto Federal nº 88.374/84, ~~que~~ determina que 25% dos recursos do Salário-Educação-Quota Federal serão aplicados no desenvolvimento de projetos municipais e intermunicipais de ensino de 1º grau.

Verifica-se, pela análise dos processos, que os recursos pleiteados pelas Prefeituras Municipais destinam-se predominantemente a construções escolares e transporte de alunos.

No primeiro caso, corresponde a uma prioridade fixada pelo próprio MEC e, quanto ao transporte de alunos, convém sublinhar que é uma necessidade de pequenas municípios, para garantir o acesso de crianças às escolas, que deve ser considerada.

A exigüidade de prazo fixado pelo MEC para tramitação destes expedientes, se não permite que a DEMEC e a Secretaria de Estado da Educação se aprofundem na análise dos dados, também não pode concorrer para que este Conselho retarde, com estudos mais minuciosos, o desempenho de suas atribuições no encaminhamento das propostas à consideração do Ministério,

Deixou-se explícito que a sistemática adotada para agilização dos recursos é muito inadequada e o montante destinado absolutamente insuficiente para responder às demandas educacionais dos municípios.

O Parecer favorável deve ser interpretado única e tão somente como disposição de não impedir que algum recurso, limitado atestes projetos-específicos, possa ser destinado a projetos municipais no ensino de 1º grau.

A justificativa de cada um dos itens constantes na relação encontra-se nos processos apresentados pelas respectivas Prefeituras Municipais.

De modo algum, significa qualquer endosso a uma suposta doutrina de municipalização que, talvez, esteja subjacente à sistemática de apoio financeiro adotada.

A efetiva municipalização do 1º grau há que ser precedida e acompanhada de uma efetiva desconcentração política do processo decisório e uma distribuição mais equitativa dos recursos tributários.

A precariedade dos recursos com que em geral contam os Municípios brasileiros para a manutenção e desenvolvimento do ensino, agravada pela centralização tributária, recomenda que se agilize o mais possível o processamento da distribuição de recursos às Prefeituras para esse fim.

Os projetos atendem à sistemática proposta pela SEPS/MEC.

Estão, portanto, em condições de serem aprovados por este Conselho os projetos constantes nos processos relacionados no Histórico.

3 - CONCLUSÃO:

Aprovara-se os projetos constantes dos processos relacionados no Histórico do presente Parecer.

São Paulo, 14 de novembro de 1.984.

- a) Conselheira Cecília Vasconcelos L. Guaraná
- b) Conselheiro Sólon Borges dos Reis

4 - DECISÃO DA COMISSÃO E CÂMARA DE 1º GRAU:

A Comissão de Planejamento e Câmara de 1º Grau adota como seu Parecer o Voto dos nobres Conselheiros Relatores.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Amin Aur, Celso Rui Beiseigel, Luiz Antônio de Souza Amaral, Abib Salim Cury, Antônio Joaquim Severino, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Sílvia Carlos da Silva Pimentel e Sólon Borges dos Reis.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1.984.

- a) Consa. Maria Aparecida Tamaso Garcia

- P R E S I D E N T E -

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto dos Relatores. ~

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de novembro de 1984.

- a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO

PRESIDENTE